

Ata n.º 136 / XIII / 3.ª SL

Ao quarto dia do mês de julho de 2018, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 6 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros para apreciação da política geral do Ministério**, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.
2. **Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD**, sobre as conclusões da 39.ª reunião da Comissão Bilateral Permanente entre os E.U.A. e Portugal.

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves (PSD)**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No primeiro ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros**, após os esclarecimentos prestados sobre a grelha de tempos.

O Senhor **Ministro** cumprimentou os senhores Deputados presentes e iniciou a sua alocução referindo que, no âmbito das Nações Unidas, encontra-se em fase final de negociação o pacto global das migrações e que a sua aprovação está agendada para a próxima cimeira intergovernamental a decorrer em Marraquexe, em dezembro próximo. Realçou que este pacto inclui um catálogo de medidas e boas práticas, aplicável à política externa e de cooperação internacional dos Estados subscritores. Mais informou que os Estados Unidos da América optaram por não participar nas negociações em curso e que, devido à posição assumida pela Hungria, não foi possível à União falar a uma só voz, no entanto existe consenso entre os restantes Estados-Membros (EM) sobre o tema. Também frisou que o pacto em negociação prevê responsabilidades

acrescidas para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), dado tratar-se da organização que, na esfera das Nações Unidas, detêm responsabilidades diretas sobre a matéria em apreço. No que se refere à União Europeia, e ainda sobre o tema das migrações, elencou as três linhas de orientação que, de acordo com as conclusões do Conselho Europeu, devem nortear o trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia e Conselho, nomeadamente o reforço das fronteiras externas da UE, a expansão da rede de centros de acolhimento em países que voluntariamente se queiram associar a este projeto e a criação de plataformas, em países de trânsito, que permitam aos migrantes, antes de iniciar o seu percurso, obterem conhecimento prévio da sua qualificação para acolhimento na UE a título de refugiados, requerentes de asilo ou migrantes legais. Mais informou que a gestão destas plataformas ocorrerá sobre o controlo das organizações das Nações Unidas pertinentes, entre as quais, a OIM. Neste sentido, sublinhou a relevância da eleição do Dr. António Vitorino como diretor-geral da OIM, relevando os princípios contidos no programa que acompanhou a candidatura. Sobre a situação na Venezuela, informou que reuniu recentemente com o enviado especial da Venezuela para a União Europeia, tendo tido a oportunidade de comunicar-lhe que as relações entre a UE e a Venezuela ultrapassam os ciclos políticos internos do universo latino-americano e que este relacionamento não deve ser confundido com as posições adotadas por outros Estados. Transmitiu também que o respeito pelas competências constitucionais da Assembleia Nacional da Venezuela é um fator essencial para a melhoria das relações entre a Venezuela e a União, e que a Comunidade Portuguesa na Venezuela não pode ser vítima de violações à lei dos contratos que impedem o funcionamento de qualquer economia organizada.

Terminada a intervenção inicial do senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, o qual cumprimentou o senhor **Ministro**, saudando a eleição do Dr. António Vitorino para a posição de diretor-geral da OIM, que classificou como um sucesso que prestigia Portugal. Sobre as dinâmicas do sistema internacional, destacou a importância que as relações bilaterais têm vindo a adquirir no plano externo, questionando quanto a possíveis mudanças na ação externa Portuguesa, referindo em particular, a AICEP. No que concerne à relação de Portugal com os EUA, questionou se a temática relativa aos imigrantes portugueses ou lusodescendentes sem visto de residência foi abordada nos contactos efetuados com aquele país. Já no que se refere à cimeira da OTAN, questionou sobre a posição de Portugal nesta cimeira, tendo em conta as questões relativas ao financiamento daquela organização que têm vindo a ser

suscitadas. Concluiu, questionando se está previsto o reforço da rede diplomática e consular de forma a compensar o impacto da redução do horário de trabalho para as trinta e cinco horas.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Sobre a relevância das relações bilaterais, precisou, ser este o momento certo para reforçar a relação bilateral com os EUA, dadas as resistências ao multilateralismo que tem caracterizado a relação UE-EUA. Sobre a OTAN, referiu quatro pontos que sumarizam a posição Portuguesa na cimeira que irá decorrer a 11 de julho próximo: a OTAN é cada vez mais relevante no contexto internacional, é necessário um reforço do seu financiamento, o investimento da UE no desenvolvimento e cooperação internacional é também uma contribuição importante para a paz e segurança e é necessário melhorar a cooperação entre a UE e a OTAN. Concluiu, fazendo referência ao tema dos Portugueses ilegais nos EUA, destacando a importância da recente conferência Luso-Americana na promoção dos interesses da comunidade lusodescendente residente naquele país.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra à senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, a qual cumprimentou o senhor **Ministro**, saudando a eleição do Dr. António Vitorino para a posição de diretor-geral da OIM e frisando tratar-se de mais um exemplo de Portugal como marca de consensos e neutralidade. Destacou a importância de uma boa gestão do tema das migrações como forma de preservar o mundo ocidental no que concerne à xenofobia e racismo. Referiu ainda os benefícios para economia e demografia que acompanham os migrantes, questionado quanto a possíveis medidas que permitam aumentar o fluxo de imigração para o Portugal.

Terminada a intervenção da senhora **Deputada**, foi dada a palavra ao senhor **Ministro** para responder, referindo que o título do pacto global para as migrações *_por migrações reguladas, legais e seguras_*, reflete os três vetores que definem a posição portuguesa no que concerne à matéria em apreço. Assim, destacou a necessidade de assegurar a integração dos migrantes no mercado de trabalho, garantindo condições de formação, e respeitando o direito à unificação familiar. Referiu que, no âmbito das Nações Unidas, Portugal é um dos patrocinadores da causa dos direitos dos migrantes, concordando que a imigração contribui para o desenvolvimento económico e demografia dos países de acolhimento e para o desenvolvimento sustentável dos países de origem. Frisou

ainda que os migrantes devem ser integrados, respeitando as suas culturas de origem, mas também o cumprimento de valores e normas das sociedades que os acolhem.

Terminada a intervenção do senhor **Ministro**, foi dada a palavra à senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)**, a qual cumprimentou o senhor **Ministro**, referindo que a Europa contribuiu para a criação da presente crise migratória e que as medidas contempladas nas conclusões do Conselho Europeu agravam a situação atual, classificando de campos de concentração os campos propostos nas conclusões. Referiu que Portugal, ao acomodar estas conclusões, vincula-se a um acordo fomentado por governos de extrema-direita, questionando se o Governo pretende responder ao tema das migrações através de uma política acolhimento centrada na proteção internacional do migrante. Sobre o reforço das competências da OIM, questionou se estas visam o aumento das responsabilidades de acolhimento ou, pelo contrário, promovem a construção de barreiras. Concluiu, referindo o regime de residentes não habituais e vistos GOLD e o impacto gerado na especulação imobiliária.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, para referir que o uso do termo *campos de concentração* para classificar os campos de refugiados pode ser entendido como ofensivo para aqueles que verdadeiramente estiveram internados em campos de concentração e que conduz à banalização do seu real significado. Retomou a palavra, a senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)**, para agradecer os comentários do senhor **Presidente**, esclarecendo, contudo, que não necessita que lhe sejam explanadas as palavras que utilizou durante a sua intervenção. Retomou a palavra o senhor **Presidente**, que, concordando com a senhora **Deputada**, esclareceu que diante da comissão, do país e da posteridade sentiu a necessidade de exprimir a sua opinião.

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao senhor **Ministro** para responder à senhora **Deputada**. Referiu que Portugal está na linha da frente no tocante à proteção de migrantes, realçando os programas de reinstalação de refugiados e financiamento a organizações não-governamentais que lidam com este tema. Destacou também o trabalho desenvolvido pelas autoridades costeiras, que, sublinhou, salvam milhares de vidas, vítimas de tráfico humano. Mais informou que Portugal é dos países que mais batalha pela harmonização fiscal, mas que esse processo é desenvolvido em conjunto com os restantes Estados-Membros.

Terminada a intervenção do senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS/PP)**, a qual cumprimentou o senhor **Ministro**, saudando a eleição do Dr. António Vitorino para a posição de diretor-geral da OIM. Sobre as migrações, questionou se o Governo é favorável à criação de um sistema comum de asilo centralizado, através do qual a autoridade de concessão do estatuto de refugiado será transferida da esfera nacional para a esfera comunitária, e se o Governo pretende antecipar o reforço do contingente Português que integra missões da Frontex, agendado para 2019. Questionou ainda sobre as consequências que terá a força de controlo de fronteiras, conforme consensualizado entre os líderes da França e Alemanha. Sobre a Venezuela, saudou a intenção do Governo em instalar centros de saúde naquele país, questionando quanto à sua operacionalização tendo em conta a dispersão da comunidade portuguesa. Questionou também se o Governo mantém inalterada a sua posição de que não existe um êxodo da comunidade portuguesa na Venezuela e qual é a avaliação que faz das estruturas consulares e diplomáticas dos países limítrofes da Venezuela face às movimentações de Portugueses e lusodescendentes. Fez ainda referência à eventual instalação de um novo consulado na cidade de Boavista, Brasil, questionando se o Governo confirma esta intenção. Concluiu, referindo o Programa Internacionalizar e questionado sobre quantas das medidas consagradas nesse programa foram implementadas e executadas até ao momento.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Sobre o sistema de asilo, informou que Portugal pertence ao conjunto de países que defende a responsabilidade nacional no tratamento dos pedidos de asilo, mas que persiste um desequilíbrio entre as responsabilidades dos principais países de acolhimento na UE e a sua capacidade de mobilizar recursos europeus para responder aos fluxos migratórios. Neste sentido, considerou que a responsabilidade no acolhimento dos requerentes de asilo deve ser partilhada a nível europeu, e que o mesmo modelo deve ser aplicado a refugiados e migrantes. Mais informou que dada a ausência de consenso na definição de linhas de orientação sobre esta matéria, concorda com a solução proposta pela líder Alemã, fundeada no princípio das cooperações reforçadas, de base bilateral. Sobre a Venezuela, clarificou que o que se pretende é apoiar uma iniciativa da sociedade civil, promovida por médicos luso-venezuelanos, que visa a criação de centros de atendimento direcionados a apoiar a comunidade portuguesa naquele país. Já no que concerne aos fluxos de portugueses e luso-

descendentes para países vizinhos da Venezuela, informou que a rede diplomática e consular tem dado resposta adequada.

Terminada a intervenção do senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, o qual cumprimentou o Senhor **Ministro**, destacando, pela positiva, a postura de Portugal no que respeita ao tema das migrações. Já no que se refere às decisões do último Conselho Europeu, informou que são contrárias à posição defendida pelo Governo de Portugal, que a substância destas decisões contempla soluções como campos de contenção, plataformas de desembarque e apreciações preliminares ao direito de asilo, e que face ao exposto, são objeto de preocupação e rejeição por parte do GPPCP. Neste sentido, questionou quanto à posição do Governo face aos desenvolvimentos que estas decisões venham a gerar, acrescentado que existe uma margem significativa no que concerne à concretização das decisões que foram tomadas.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder, saudando a diferenciação entre a posição de Portugal e o nível de consenso obtido nas respostas necessárias à política de migrações e manifestando a sua concordância no que concerne à falta de ambição das conclusões do Conselho Europeu. Sobre a posição do Governo, esclareceu que está fundamentada no direito, e como tal, existe uma obrigação indeclinável de salvar pessoas que se encontrem em perigo no mar. Paralelamente, destacou o dever dos responsáveis pelas embarcações em não iniciar viagem, caso não estejam reunidas as condições necessárias à sua concretização. Sobre movimentos secundários no interior da Europa, considerou que os refugiados acolhidos em Portugal dispõem de liberdade de movimentação e que esta não termina na fronteira portuguesa, salientando, contudo, que os requerentes devem manter residência nos países em que o asilo foi concedido. Sobre as plataformas regionais de desembarque, considerou tratar-se de uma ideia aceitável, desde que seja conforme proposta do alto comissariado para as migrações.

Terminada a primeira ronda, foi dado início à segunda ronda de perguntas dos senhores Deputados.

Tomaram a palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, para referir que no passado foi anunciado pelo Governo o reforço dos recursos humanos da rede consular e que, atendendo às situações excecionais que se vivem em alguns países, questionou se existe previsão para este reforço uma vez que se aproxima a negociação do Orçamento de Estado. Em referência ao ato único de inscrição consular, solicitou um ponto de situação, uma vez que, após anúncio desta medida, não foram divulgadas informações quanto à sua concretização frisando que até à data já foram despendidos 320.000€ no projeto. O senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, que saudou, em particular, o senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas pelo acompanhamento efetuado junto da comunidade portuguesa na Venezuela, frisando a necessidade de manter esse acompanhamento face à contínua degradação da situação económica e social que se tem verificado naquele país. Sobre o mesmo tema, questionou se existe disponibilidade da parte do Governo Venezuelano em permitir a entrada de ajuda humanitária, tendo em vista a iniciativa na área da saúde já mencionada. Deu nota dos benefícios económicos resultantes da decisão, pela rede consular portuguesa na Venezuela, em aceitar documentação em língua espanhola, e do progresso na integração de cursos de português no ensino oficial venezuelano, questionando sobre impacto que terá esta medida. Concluiu, referindo o encontro intercalar dos investidores na diáspora e questionando quanto à evolução do investimento dos portugueses residentes no estrangeiro. A senhora **Deputada Maria Rola (BE)**, para referir a posição do Governo face ao acordo proposto pela líder Alemã, considerando trata-se de uma posição problemática para o GPBE. Frisou que o fornecimento de armamento por parte de EM da UE a países do médio oriente perpetua os conflitos naquela região e questionou se o Governo irá reforçar a suas políticas de migração face às decisões do Conselho Europeu. Retomando o tema dos vistos GOLD, sublinhou que o investimento efetuado através deste mecanismo não visa a criação de emprego, estando direcionado para investimento imobiliário e questionou que resposta pretende o Governo dar a esta tema, que classificou de instrumento promotor de desigualdade, exclusão, evasão fiscal e branqueamento de capitais. Mais informou ter conhecimento de que parte dos serviços prestados pelo consulado de São Paulo está a ser assegurada por empresas de *outsourcing*, o que levanta questões relativas à confidencialidade dos dados tratados, questionando quanto à razão da atribuição do serviço a externos e não a funcionários

consulares. O senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS/PP)**, para referir que esta comissão recebeu em sede de audiência parlamentar a plataforma portuguesa das organizações não governamentais para o desenvolvimento e homólogas dos países de língua oficial portuguesa, que sinalizaram a desatualização e a falta de ambição do conceito estratégico de cooperação para o período 2020-2030. Questionou se o Governo entende que as revisões sistemáticas deste documento sejam uma solução por si só, solicitando um comentário às críticas efetuadas. No âmbito da cimeira da CPLP e tendo em conta que se trata em parte de um projeto de cidadania, questionou sobre eventuais progressos no que se refere à concretização do estatuto do cidadão e implementação de medidas destinadas a facilitar a movimentação de cidadãos, investidores e estudantes no espaço da CPLP. Solicitou ainda um comentário ao contexto político e diplomático em que se realizará a cimeira. O senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, que, fazendo referência ao acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Japão, questionou quanto à posição do Governo sobre esta matéria, uma vez que, tratando-se de um acordo de carácter misto, deve ser sujeito a retificação por parte dos EM. Questionou também se o Governo efetuou alguma avaliação de impacto às consequências do acordo, dada a sua relevância em setores com maior peso de investimento direto estrangeiro, logo mais expostos, tendo em conta as características deste acordo. A senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, para referir que as conclusões do Conselho Europeu embora positivas, levantam algumas questões quanto à sua operacionalização, em particular no que se refere à definição dos países em que se pretende instalar centros de acolhimento. Deu também nota dos comentários proferidos por diferentes ONG sobre este tema, nomeadamente, de que se perdeu uma oportunidade para criação de um regime de asilo unificado, e que estas propostas levantam sérias dúvidas sobre a detenção de crianças e famílias, solicitando um comentário do Governo a estas críticas. Sobre o regulamento de Dublin e pedidos de devolução dos refugiados, questionou como irá Portugal garantir que os refugiados permaneçam no país. A senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, que fazendo referência à ligação entre Portugal e Estados Unidos, questionou quanto ao balanço que o Governo faz do mês de Portugal nos EUA, tendo em conta os contactos diplomáticos desenvolvidos. Sobre o encontro entre S. Ex^a. o Presidente da República e o Presidente dos Estados Unidos da América, questionou sobre a possibilidade de recurso à localização estratégica do arquipélago dos Açores no que se refere à segurança do atlântico, uma vez que este foi um dos pontos referidos no comunicado conjunto após

este encontro. Questionou ainda se estão previstos novos investimentos da parte dos Estados Unidos em Portugal.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder. Referiu que o Governo está a desenvolver esforços no sentido de aumentar o número de funcionários na rede externa do MNE, informando que no presente semestre está prevista nova vaga de contratações. No que se refere ao tema vistos GOLD, reiterou que o Governo considera tratar-se de um instrumento que permite atrair investimento para Portugal, que está enquadrado na legislação europeia e que não é exclusivo a Portugal. Destacou a diferença entre a criação direta e indireta de emprego, frisando que investimento no setor imobiliário resultante deste mecanismo ultrapassa os 3.000 milhões de Euros, o que se traduz em várias dezenas de milhares de postos de trabalho. Sobre a CPLP, referiu que o quadro político-diplomático em que se vai realizar a próxima cimeira é dos mais favoráveis até à data. Referiu também que 51% dos vistos que foram emitidos em 2017 por Portugal foram emitidos a cidadãos oriundos de países da CPLP, frisando a recente aprovação pelo Governo do decreto-lei que regulamenta a emissão de vistos, designadamente para cidadãos oriundos da CPLP que procuram Portugal para efetuar os seus estudos académicos. Concluiu, salientando que o Governo tem procurado desenvolver esforços no sentido de facilitar esta mobilidade, sendo também favorável à criação de um regime próprio da CPLP sobre a matéria. Tomou, em seguida, a palavra a senhora **Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação**, para referir que o conceito estratégico de cooperação permite acomodar as mudanças suscitadas pela Agenda 2030 e como tal não necessita de revisão. Informou que a Agenda 2030 acabou com a distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e que esta alteração implicou a atualização dos instrumentos financeiros disponíveis em matéria da cooperação para o desenvolvimento. Mais disse que esta atualização implicou a mobilização de outro tipo de atores, razão pela qual, destacou a necessidade de uma crescente convergência entre os objetivos da política de desenvolvimento e os objetivos das políticas de internacionalização, salientando que ambas as componentes estão sujeitas à mesma tutela o que confere coerência, integridade e racionalidade ao trabalho desenvolvido nesta área, sendo essa a razão pela qual parte dos fundos para o desenvolvimento constam do Programa Internacionalizar. Tomou, em seguida, a palavra o senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para referir que a via verde, constituída em 2007, obteve resultados positivos, nomeadamente entre janeiro de 2017

e março de 2018 foram atribuídas 5800 nacionalidades a cidadãos portugueses e luso-descendentes na Venezuela e que, em julho do presente ano, parte uma missão para aquele país com o objetivo de agilizar processo de atribuição da nacionalidade. Mais informou do reforço da rede diplomática e consular em 5 funcionários, frisando ser este o número de funcionários considerado como suficiente pelos próprios serviços para fazer face à procura. Referiu a decisão de reforçar os meios informáticos através do envio uma máquina de recolha de dados biométrico, com vista reforçar a capacidade operacional para a realização das permanências consulares. Destacou também a decisão do Governo em não atualizar os emolumentos consulares e aplicar a receita proveniente da rede diplomática e consular na Venezuela em projetos de natureza social e associativa naquele país. Informou que teve a oportunidade de reunir com vários cidadãos que recebem o apoio para idosos carenciados e de verificar presencialmente a validade destes instrumentos nas condições de vida das famílias. Destacou o apoio financeiro à associação de médicos luso-venezuelanos que, referiu, pretende criar cinco centros de atendimento na área da saúde, dando também nota do investimento, na ordem dos 150.000€, na língua portuguesa, e da decisão das autoridades venezuelanas em incluir o ensino da língua portuguesa nas escolas públicas. Finalmente, informou que o aumento da validade do cartão de cidadão de cinco para dez anos, que aguarda publicação em diário da república, em conjunto com a decisão serviços de registo e notariado dos postos consulares portugueses em aceitar documentos em língua estrangeira representam mais-valias para países como a Venezuela, tendo em conta que a tradução de um documento tem um custo substancial. Sobre a regional autónoma dos Açores, informou que o primeiro encontro intercalar conta com cento e dez participantes, provenientes de onze países, o que considerou ser um resultado bastante positivo. Já no que se refere ao consulado de Paris, reiterou a informação transmitida pelo cônsul-geral em janeiro do presente ano, no que se refere aos prazos de agendamento, frisando que em situações de emergência o consulado está capacitado para oferecer resposta no próprio dia. Tomou, em seguida, a palavra o senhor **Secretário de Estado da Internacionalização**, para referir que os Estados Unidos foram umas das principais fontes de investimento estrangeiro em Portugal durante o ano transato, informando que estão em curso dois novos projetos na área da biotecnologia e desenvolvimento de aplicações android.

Terminadas as intervenções dos senhores membros do Governo, o Senhor **Presidente** deu por finda a primeira parte da reunião

No segundo ponto da ordem do dia, o senhor **Presidente** deu a palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)**, para apresentação do requerimento do seu Grupo Parlamentar. Começou por informar de eventuais divergências entre os comunicados emitidos pelas autoridades dos Estados Unidos e Portugal sobre a evolução do processo de descontaminação de terrenos na base das Lages, solicitando clarificação quanto ao acordado na reunião bilateral em apreço no que se refere a este tema, bem como das restantes conclusões da reunião.

Terminada a intervenção do senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao senhor **Ministro** para responder. Em relação ao processo de descontaminação de terrenos da base das Lages, informou que os comunicados emitidos por ambas as entidades diplomáticas Portuguesas e dos Estados Unidos não diferem. Referiu que foram analisados quarenta locais e que desses: vinte e três não apresentavam sinais de contaminação, dois já se encontram descontaminados, um encontra-se sobre intervenção e que os Estados Unidos comprometeram-se a reavaliar nove locais ficando o Governo incumbido de reavaliar os cinco locais em falta até ao final de outubro do presente ano. Mais informou que os Estados Unidos decidiram alargar as ações de descontaminação a mais oito locais, o que, frisou, demonstra uma viragem na atitude daquele país na mitigação de efeitos ambientais decorrentes do uso da base da Lages. Referiu também que as questões laborais encontram-se solucionadas, razão pela qual não se equaciona nenhuma redução adicional no número de trabalhadores contratados pelas autoridades dos Estados Unidos na ilha Terceira. Já no que se refere a infraestruturas, informou que 50% das infraestruturas sobrantes foram entregues à República Portuguesa que as afetou ao Governo Regional dos Açores e que, para as restantes, está em fase de preparação um plano de desenvolvimento. Concluiu, referindo que 30% do gás natural liquefeito exportado dos Estados Unidos para Europa é efetuado através do porto de Sines, estando a ser equacionado o recurso às instalações portuárias na ilha Terceira neste circuito e salientando a relevância deste tema para segurança energética da União, na ótica da multiplicação de fontes de abastecimento energético.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra à senhora Deputada Lara **Martinho (PS)**, que questionou sobre quais os compromissos concretos assumidos pelos Estados Unidos no que se refere ao tema da descontaminação, bem como a outros programas que permitam beneficiar os Açores, referindo, em concreto, o memorando de entendimento sobre mobilidade juvenil.

Interveio o senhor **Presidente** para referir a necessidade de garantir que as audições coincidam minimamente com o tema que as justifica, não obstante de ser conferida aos senhores Deputados uma certa latitude na abordagem às matérias em apreço.

Tomou, em seguida, a palavra a senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** para solicitar ao Governo a disponibilização à comissão do relatório final da reanálise dos solos e, sobre o transporte do gás liquefeito, referir que o impacto ambiental da extração de gás de xisto através de fracking não é conducente com as políticas de proteção do ambiente promovidas pelo Governo.

Retomou a palavra o senhor **Ministro** para informar que a recente iniciativa _ Mês de Portugal nos Estados Unidos_ excedeu as expectativas, com benefícios claros para a relação bilateral entre ambos os Estados. Sobre a descontaminação dos terrenos na base das Lages, reiterou que os Estados Unidos, por iniciativa própria, iniciaram novas intervenções em mais seis locais, o que se traduz num gesto relevante para o reforço da confiança entre ambas as partes, frisando a preocupação demonstrada pelas autoridades dos Estados Unidos em manter informada a população da ilha Terceira através de comunicações públicas sobre este tema. Mais informou que a reanálise de alguns locais por parte do Governo visa confirmar se estes não exigem medidas de remediação, e que a seleção dos locais teve em conta todos os alertas rececionados. Referiu ainda que embora existam matérias onde Portugal e os Estados Unidos divergem profundamente, a relação transatlântica é um marco da política externa Portuguesa, sendo esta a altura certa para reforçar os laços entre ambos os Países. Sobre o transporte de gás liquefeito, informou que Portugal é um país exportador de boas práticas no que se refere a energia renovável, dando nota de que a importação de hidrocarbonetos não deve estar condicionada à natureza democrática dos regimes que os providenciam e que o fracking é uma forma de obter de gás natural, mas que nem todo o gás natural é extraído com recurso a este método.

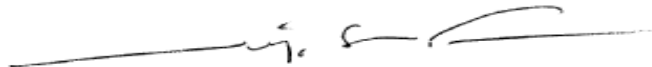
Inexistindo outras questões a abordar pelos senhores Deputados, foi dada por finda a ordem do dia.

A presente reunião foi gravada podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#) e em vídeo [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 14 horas e 30 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2018,

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral
Rubina Berardo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Jamila Madeira
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite